

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA¹

Ivanise Monfredini²

RESUMO

Nosso objetivo é o de trazer a discussão as possíveis articulações entre as Políticas de Ciência e Tecnologia (PCT) e as demandas da área da educação para Ciência e Tecnologia (CeT), considerando que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC) extinguiu a antiga Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social criada em 2003, mantendo, no entanto, o Departamento de Políticas e Programas para Inclusão Social dentro da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. O suposto orientador é que CeT para o inclusão social se faz a partir das demandas da sociedade para qual essas políticas se voltam, e com a sua participação. Consideramos esse tema necessário tendo em vista o risco de desmonte das políticas de inclusão, de financiamento público às Universidades e à ciência e tecnologia no Brasil, colocando em risco a possibilidade de construção autodeterminada de um projeto de país. A comunidade acadêmica tem um papel histórico, em especial os cientistas sociais, na discussão de alternativas. Esse é o nosso objetivo ao apresentar esse texto. Para essa comunicação retomamos texto anterior no qual apontamos as demandas da área de educação para a PCT, considerando informações obtidas nos sites da ANPED e Capes e as PCT levadas a cabo pelo então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), para o período 2010-2014, quando analisamos as articulações e conflitos entre elas. Essas informações foram atualizadas para o período 2015-2017 do pós golpe que destituiu o Governo de Dilma Rousseff. Além disso agregaram-se informações sobre CeT para inclusão social, que foram coletadas durante a realização da pesquisa em andamento "Ciência para Inclusão Social. Uma pesquisa sobre as possibilidades de formação para uma apropriação autodeterminada da ciência e da tecnologia, nas Universidades". Dessa forma, a metodologia incluiu a análise de legislação e documentos, além de depoimentos de pesquisadores entrevistados. O texto articula PCT e Políticas de Ensino Superior (PES). Inicia-se apresentando as PES que ampliaram o acesso ao ensino superior no Brasil e estimularam a relação da universidade com a sociedade. Em seguida apresentam-se as demandas da área da educação para as PCT. A conclusão indica que a produção e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos para a inclusão social não pode ser determinada somente a partir do campo científico *strictu sensu*, exigindo, ao contrário, a participação organizada da sociedade civil. Mas, no Brasil as PCT tem se realizado dentro do modelo linear, quer dizer: da universidade (dos acadêmicos), para a sociedade. Outro agravante é que com o aprofundamento das contrarreformas, especialmente no pós-golpe, ampliam-se os processos de centralização nas PCT e nas PES, de privatização da universidade e da produção e divulgação do conhecimento o que representa sérios riscos para a realização da CeT na relação com as classes populares. Esta relação, a valorização da pesquisa e da extensão e das políticas públicas que as sustentam são fundamentais e necessitam serem mantidas e ampliadas.

Palavras-chave: Ciência e tecnologia. Relação universidade e classes populares. Políticas de ensino superior.

Nosso objetivo é o de trazer a discussão as possíveis articulações entre as Políticas de Ciência e Tecnologia (PCT) e as demandas da área da educação para Ciência e Tecnologia (CeT), considerando que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC) extinguiu a antiga Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS)

¹ Esta proposta tem como base pesquisa realizada com financiamento FAPESP, intitulada "Ciência para Inclusão Social. Uma pesquisa sobre as possibilidades de formação para uma apropriação autodeterminada da ciência e da tecnologia, nas Universidades".

² Doutora em Educação: História e Filosofia. Universidade Católica de Santos - Programa de Pós Graduação em Educação



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

criada em 2003, mantendo, no entanto, o Departamento de Políticas e Programas para Inclusão Social dentro da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. O suposto orientador deste texto é que CeT para o inclusão social se faz a partir das demandas da sociedade para qual essas políticas se voltam, e com a sua participação.

A educação tem sido apontada nos documentos de Política de Ciência e Tecnologia (PCT) como área estratégica para o desenvolvimento científico e tecnológico. A educação de qualidade é aspecto importante para a difusão e popularização da ciência e da tecnologia, para o quê a escola pode contribuir ao formar os alunos por meio de uma cultura científica. Essas convergências são apenas uma ponta da grande complexidade que envolve tanto as PCT, como as políticas educacionais. Com o objetivo de identificar com certa clareza esta relação entre a área da educação e as PCT, realizamos em dois momentos distintos uma pesquisa exploratória nos sites da ANPED, da Capes e do MCTIC buscando identificar as demandas da área da educação quanto à PCT.

Em 2014 identificamos uma articulação crítica e, no cenário atual, a ruptura. Mas, a PCT, a produção e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos não pode ser determinada somente a partir do campo científico *strictu senso*, exigindo, ao contrário, a participação organizada da sociedade civil. Discutimos então a ideia da necessidade da participação das classes populares, induzindo políticas intersetoriais de educação e de CeT na perspectiva da resistência necessária, especialmente se desenhada coletivamente. Outra instituição fundamental nesse processo é a universidade, que no Brasil é o lugar privilegiado para realização de CeT, assim como de desenvolvimento de projetos envolvendo setores das classes populares.

Durante a primeira década do século XXI, ampliaram-se as vagas no ensino superior público e privado, assim como houve um esforço para incluir nesse nível de ensino, grupos historicamente excluídos, resultados da criação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012), do Programa Universidade Para Todos (PROUNI - Lei nº11.096, de 13 de janeiro de 2005) e do REUNI (Decreto 6096 de 24 de abril de 2007). Além disso, e apesar do produtivismo e da privatização, no início do século XXI houve a criação de políticas públicas de ciência e tecnologia com vistas à aproximar Universidade e Sociedade, a partir das



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

necessidades da população. Em 2007 foi criada na avaliação da pós-graduação, o quesito Inserção Social como mais um indicador da qualidade dos programas, que sugere um componente de articulação com a extensão. No campo das políticas de ciência, tecnologia e extensão vale destacar também a criação do Programa Pró-Extensão (PROEXT) e da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS), ambos em 2003. O aprofundamento das contra reformas ameaçam severamente tanto esse conjunto de políticas públicas, como os seus resultados.

Apesar de o princípio da intersetorialidade ser reconhecidamente uma expressão das contrarreformas no campo das políticas sociais como mecanismo de desresponsabilização do Estado e como resposta "questão social", no cenário atual de retrocesso torna-se, contraditoriamente, um princípio a ser defendido³ visando alguns princípios, entre eles, o da participação.

Situações limites como a atual cobram ação. Em tempos e espaços marcados pela necessidade de sobrevivência, a desarticulação das condições de vida impulsionam a ação por direitos. Pautar-se em práticas democráticas, de respeito aos diversos conhecimentos e à população historicamente excluída, e na perspectiva de outro projeto societário exige pensar e fazer PCT o desenvolvimento sustentável, voltado para os seres humanos e a natureza, o conhecimento como fator desse desenvolvimento deve ser defendido e praticado como bem público, compartilhado e acessível a todos, o que exige uma educação pública de qualidade desde a educação básica até a universidade, a despeito e se contrapondo aos reducionismos impostos pelos processos privatizantes da educação, do conhecimento e da Universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIERI, Aline Fabiane e NOMA, Amélia Kimiko. A intersetorialidade nas Políticas brasileiras de educação: a articulação setorial no Programa Saúde na Escola. In: **Educação Unisinos**, volume 21, número 2, maio • agosto 2017, p. 137-145.

BEHERING, Elaine Rosset. *Brasil em Contrarreforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2a. ed. São Paulo: Cortez. 2008.

_____. "Rotação do Capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social". In: SALVADOR, Evilasio; et.al. (orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, p.153-180. CLÍMACO, J.C. Teatini de Souza, NEVES, C. e LIMA, B.

³ Ver sobre isso, por exemplo, Barbieri e Noma (2017).



2012. Ações da CAPES para a Formação e a valorização dos professores da educação básica do Brasil e sua interação com a pós-graduação. In: **RBPG**, Brasília, v.9, nº16, p.181, abril. 2012

BRINGEL, Breno. Ativismo Transnacional. O estudo dos Movimentos Sociais e as novas Geografias Pós-coloniais. In: Estudos de Sociologia, Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 16, n. 2, 2010. p. 185 – 215. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/122>>. Acesso em 27 fev. 2017].

FIRMIANO, Frederico Daia. "A ilegalidade do Estado e o colapso do neodesenvolvimentismo no Brasil". In: *SER Social*, Brasília, v. 18, n. 39, p. 584-609, jul.-dez./2016. [13/03/2017]. Disponível em: <periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/21344/17532>.

MONFREDINI, Ivanise. A Políticas de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social e a relação com as demandas da área de educação In: **Psicologia escolar e educacional: percursos, saberes e intervenções**. 1a ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2014, v.1, p. 1-15.

SERAFIM, Milena Pavan. e DAGNINO, Renato Peixoto. 2011. A polícia científica e tecnológica e as demandas da inclusão social no Governo Lula (2003-2006). In: **Revista O&S (Organizações e Sociedade)** UFBA, Salvador, v. 18, n. 58., p. 403-427 – Julho/Setembro. Disponível no site: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v18n58/a04v18n58.pdf>>. Acesso em 18 nov. 2013.

PEREIRA, Guilherme Reis e ESCADA, Paulo Sobral. 2012. Participação da sociedade civil na IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Em: **Liinc em Revista**, v.8, n.1, março, 2012, Rio de Janeiro, p 52-67 – Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em 03 fev. 2014.

DOCUMENTOS E LEGISLAÇÃO:

Associação Nacional de Pós-graduação em Educação/ANPED. 2012. Moção 13 – GT 18. **35ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação** de 21 a 24/10/2012. Disponível no site www.anped.org.br, Acesso em 03 fev. 2014.

Associação Nacional de Pós-graduação em Educação/ANPED, Cartas de Caxambu. 2010. Educação no Brasil: O Balanço de uma década. **33ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação** em 19/10/2010 em Caxambu. Disponível em <www.anped.org.br>. Acesso em 05 fev. 2014.

Associação Nacional de Pós-graduação em Educação/ANPED, Cartas de Goiânia. 2013. **36ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação** em 29/09/2013 a 02/10/2013 em Caxambu. Disponível em <www.anped.org.br>. Acesso em 04 fev. 2014.

BRASIL, Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – CAPES. Disponível em <www.capes.gov.br>. Acesso em 05 fev. 2014.

BRASIL, Ministério de Ciência e Tecnologia. Disponível no site <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/78953.html>>, acesso em 07 fev. 2014.



Secretaria Executiva do FNPE

BRASIL, Ministério de Ciência e Tecnologia. Tabela Programas, Ações e Unidades responsáveis – Título: Ações e Programas. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/78953.html>>. Acesso em 05 fev.2014.

BRASIL, MEC: Programas de inclusão digital estão entre os maiores do mundo, <<http://www.emdialogo.uff.br/materia/mec-programas-de-inclusaodigital>>. Acesso em: 08 fev. 2014.

BRASIL, Diretoria de Educação Básica – DEB. Disponível em <www.capes.gov.br>. Acesso em 15 jan. 2014.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação. Disponível em: <http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/paginas/Estrutura_Organizacional.html>. Acesso em 29 mar. 2017.

BRASIL, Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS) (2003), Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/78953.html>>, Acesso em 01 fev. 2014.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2016). Sinopse da Educação Superior 2015. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em 13 jan. 2017.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2015). Sinopse da Educação Superior 2014. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em 13 mar. 2017.



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>